



33657293



08016.018033/2025-13

Boletim de Serviço em 10/11/2025



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

PORTARIA GABSEC/SENAPPEN/MJSP Nº 517, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor e do Comitê Operacional de Interoperabilidade de Dados do Sistema Penal Brasileiro.

**O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso XII, Anexo I, do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 e no inciso II, do artigo 7º da Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Ficam instituídos, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais, o Comitê Gestor de Interoperabilidade de Dados de Execução Penal – CGIDP e o Comitê Operacional de Interoperabilidade de Dados de Execução Penal – COIDP.

CAPÍTULO II

DO COMITÊ GESTOR DE INTEROPERABILIDADE DE DADOS DE EXECUÇÃO PENAL

Art.2º O CGIDP tem por finalidade:

- I - definir as diretrizes para a interoperabilidade de dados do sistema penal;
- II - estabelecer os princípios que nortearão a gestão e o compartilhamento das informações;
- III - fixar prioridades para a implementação e evolução dos sistemas;
- IV - disciplinar os mecanismos de governança aplicáveis; e
- V - acompanhar e avaliar a interoperabilidade de dados no âmbito do sistema penal.

Art.3º Compete ao CGIDP:

- I - aprovar o modelo nacional de dados do sistema penal;
- II - deliberar sobre os planos de ação apresentados pelo Comitê Operacional;
- III - estabelecer marcos normativos e técnicos para o compartilhamento de dados;
- IV - assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- V - articular-se com outras esferas e instituições do poder público envolvidas;

VI - deliberar sobre a concessão de acessos e o compartilhamento das bases de dados;

VII - fomentar a participação da alta gestão administrativa, Secretários de Estados, Diretores das Polícias Penais, dos responsáveis pelo sistema de alternativas penais e atendimento de egressos, bem como de representantes de outros Poderes, no processo de criação e manutenção de um modelo único de dados e na interoperabilidade das bases de dados do sistema penal brasileiro; e

VIII - aprovar os nomes dos integrantes do Comitê Operacional de Interoperabilidade de Dados Penais e prover-lhe a estrutura e os recursos mínimos necessários ao desempenho de suas funções.

Art.4º O CGIDP será composto por:

I - o Secretário Nacional de Políticas Penais, que o presidirá;

II - o Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais;

III - o Diretor Executivo da Secretaria Nacional de Políticas Penais;

IV - o Diretor de Políticas Penitenciárias da Secretaria Nacional de Políticas Penais;

V - o Diretor de Cidadania e Alternativas Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais;

VI - o Diretor da Polícia Penal Federal; e

VII - três representantes do Conselho Nacional de Secretários de Justiça e Administração Penitenciária – CONSEJ.

§1 Cada membro do CGIDP terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§2 Os representantes titulares e respectivos suplentes do CONSEJ serão indicados pelo seu presidente e designados em ato do Secretário Nacional de Políticas Penais.

§3 A Secretaria Nacional de Políticas Penais exercerá a função de Secretaria-Executiva, prestando suporte técnico, operacional e administrativo às reuniões e demais atividades do CGIDP.

Art.5º O COIDP se reunirá:

I - em caráter ordinário, duas vezes ao ano, respeitada a antecedência mínima de convocação de três dias úteis da data da reunião, juntamente com a pauta convocatória; e

II - em caráter extraordinário, por convocação de sua presidência, juntamente com a pauta convocatória.

§1 O quórum de reunião será de maioria absoluta dos membros, devendo estar presentes, obrigatoriamente, o presidente ou seu substituto.

§2 Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o presidente terá o voto de qualidade.

§3 As reuniões serão realizadas, preferencialmente, por videoconferência e, quando necessário, de forma presencial.

§4 O presidente poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

### CAPÍTULO III

#### DO COMITÊ OPERACIONAL DE INTEROPERABILIDADE DE DADOS DE EXECUÇÃO PENAL

Art.6º O Comitê Operacional de Interoperabilidade de Dados de Execução Penal tem por finalidade coordenar a execução técnica do processo de interoperabilidade de dados do sistema penal brasileiro.

**Art.7º** Compete ao COIDP:

- I - propor ao CGIDP modelos de dados, arquiteturas e fluxos de integração;
- II - elaborar cronogramas, estudos e planos de trabalho de natureza técnica;
- III - promover a padronização dos dados e implementar as alterações aprovadas pelo CGIDP;
- IV - identificar e propor soluções para eventuais entraves técnicos;
- V - acompanhar a realização de testes e a implantação das soluções pelos entes federativos;
- VI - monitorar a execução da interoperabilidade e oferecer o apoio necessário à adequação dos sistemas estaduais;
- VII - fiscalizar e avaliar a conformidade dos sistemas estaduais e da Polícia Penal Federal às diretrizes, modelos e padrões definidos pelo CGIDP, propondo medidas corretivas quando cabível;
- VIII - atuar como interlocutor técnico junto aos órgãos estaduais responsáveis pelos sistemas de informação de gestão prisional, prestando suporte à adequação e à adoção dos modelos definidos;
- IX - manter e atualizar a documentação técnica, os manuais operacionais, as versões de modelos de dados e os registros técnicos da interoperabilidade; e
- X - propor e coordenar grupos de trabalho técnicos especializados, conforme deliberação do CGIDP.

**Art.8º** O COIDP será composto por:

- I - três representantes da Diretoria Executiva da Secretaria Nacional de Políticas Penais, preferencialmente da área de tecnologia da informação; e
- II - três representantes da Diretoria de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais, preferencialmente da área de estatística e dados penais; e
- III - até três representantes de outras diretorias, órgãos ou entidades do sistema penal, preferencialmente da área de tecnologia da informação.

§1 A presidência do COIDP será exercida de forma alternada entre representantes da Diretoria Executiva e da Diretoria de Inteligência Penal, com mandato de dois anos, admitida uma prorrogação, cabendo a primeira presidência à Diretoria Executiva.

§2 Cada membro do COIDP terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§3 Os membros do COIDP e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Secretário Nacional de Políticas Penais.

§4 A Secretaria Nacional de Políticas Penais exercerá a função de Secretaria-Executiva, prestando suporte técnico, operacional e administrativo às reuniões e demais atividades do Comitê Operacional.

**Art.9.** O COIDP se reunirá:

- I - em caráter ordinário, mensalmente, respeitada a antecedência mínima de convocação de três dias úteis da data da reunião, juntamente com a pauta convocatória; e
- II - em caráter extraordinário, por convocação de sua presidência, juntamente com a pauta convocatória.

§1 O quórum de reunião será de maioria absoluta dos membros, devendo estar presentes, obrigatoriamente, o presidente ou seu substituto.

§2 As reuniões serão realizadas, preferencialmente, por videoconferência e, quando necessário, de forma presencial.

§3 O presidente poderá convidar representantes técnicos estaduais, indicados pelo CONSEJ, para acompanhar e contribuir com os trabalhos do COIDP.

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.10. A participação nos comitês será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA**  
Secretário Nacional de Políticas Penais



Documento assinado eletronicamente por **Andre de Albuquerque Garcia, Secretário(a) Nacional de Políticas Penais**, em 10/11/2025, às 18:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33657293** e o código CRC **BAD6939E**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.